

PARQUES URBANOS PERIFÉRICOS Tensões entre apropriação e preservação

PERIPHERAL URBAN PARKS Tensions between appropriation and preservation

A. ANGELA G. SOUZA & B. CAROLINA QUEIROZ

Universidade Federal da Bahia - PPGAU/UFBA, Brasil

amgs@ufba.br

caarolgood@gmail.com

RESUMO

Os espaços livres definidos como parques urbanos trazem impactos socioeconômicos, ambientais e estéticos na produção das cidades, desempenhando importante papel de inclusão em comunidades periféricas. Este artigo é parte de um projeto em andamento, que propõe o fortalecimento de ações locais pela implementação do “Parque Theodoro Sampaio”, no bairro da Mata Escura, em Salvador, Brasil. Busca-se analisar as tensões permanentes entre os processos de apropriação e preservação dessa área verde, que mesmo definida legalmente como parque urbano, encontra-se ameaçada por processos de degradação movidos por ocupações, esgotos, desmatamento, fragilidade institucional e outros impactos decorrentes da sua não-implantação efetiva. Entende-se que o movimento social cotidiano para efetivação e preservação desse equipamento urbano fundamenta-se nas ações das comunidades locais e nos processos participativos de autogestão, tensionado por conquistas, conflitos e renúncias. Pensar a relação entre as formas de apropriação e preservação permite avançar na concepção comunicativa entre cidade, natureza e inclusão social.

Palavras-chave: parques urbanos, apropriações, espaços livres públicos, inclusão social.

Linha de Investigação: 1. Cidade e Projeto

Tópico: Projeto urbano e espaço público

ABSTRACT

Free spaces defined as urban parks bring socio-economic, environmental, and aesthetic impacts to the production of cities, playing important inclusive role in peripheral communities. This article is part of an ongoing project, which proposes the strengthening of local actions by implementing the “Parque Theodoro Sampaio”, in the Mata Escura neighborhood, in Salvador, Brazil. It seeks to analyze the permanent tensions between the processes of appropriation and preservation of this green area, which, even legally defined as an urban park, is threatened by degradation processes caused by occupations, sewage, deforestation, institutional fragility and other impacts resulting from its effective non-implantation. It is understood that the daily social movement for the achievement and preservation of this urban equipment is based on the local communities' actions and on the participative processes of self-management, tensioned by conquests,

conflicts and resignations. Thinking about the relationship between forms of appropriation and preservation allows advancing the communicative conception between city, nature and social inclusion.

Keywords: urban parks, appropriations, public open spaces, social inclusion.

Thematic clusters: 1. City and project

Topic: Urban design and public space

Introdução

Este artigo resulta de uma pesquisa em andamento, que propõe uma aproximação com os processos e ações pela implementação do “Parque Theodoro Sampaio”, no bairro da Mata Escura, localizado em Salvador – Brasil. As iniciativas locais para implementação desse parque urbano acontecem há mais de uma década. Origina-se como atividade de extensão da Faculdade de Arquitetura da Universidade Federal da Bahia (FAUFBA) e do Laboratório de Habitação e Cidade (LabHabitar/FAUFBA), desenvolvidas com a Associação das Comunidades Paroquiais de Mata Escura e Calabetão (ACOPAMEC) desde 2004, quando foram elaboradas propostas participativas para melhorias desses bairros (GORDILHO-SOUZA et al, 2005). Em 2007/10, houve ações de extensão do Laboratório de Desenvolvimento de Tecnologias Sociais LTECS - Unifacs e da Associação Meu Brasil (CALDAS, 2007). Em 2012/13 a Universidade do Estado da Bahia (UNEB) trouxe um projeto de extensão para desenvolver Turismo de Base Comunitária de valorização do Patrimônio Histórico e Cultural da Mata Escura (VILAS BÔAS, 2018). Entre 2015/2018 a UFBA retornou, desenvolvendo ações no âmbito do Curso de Especialização Assistência Técnica, Habitação e Direito à Cidade – Residência AU+E/UFBA (UFBA, 2019). Em 2019, iniciou-se uma nova parceria para assessoria técnica ACOPAMEC/LabHabitar-FAUFBA, no projeto “Ações Participativas para Implementação do Parque Theodoro Sampaio: acessibilidades e marcos visuais”, aprovado na Chamada Pública Simplificada promovida pela Promotoria de Justiça de Habitação e Urbanismo Ministério Público do Estado da Bahia (MP-BA) (GORDILHO-SOUZA; DUARTE- coords., 2019).

A partir dessas experiências, busca-se analisar as tensões que envolvem os processos de apropriação e a garantia da preservação dessa área verde, inserida em um espaço livre público, no entorno de bairros periféricos. Entende-se que esse movimento pela construção do parque urbano e preservação da área verde vem sendo fundamentado na participação local e no fazer-cidade cotidiano – resultante de ações individuais, coletivas e institucionais constituídas tanto pelos autointitulados “guardiões”, bem como por agentes degradadores, num processo tensionado entre preservação e eliminação da vegetação, ocupações e fragilidade institucional, dentre outros processos decorrentes da sua não-implantação efetiva.

Essas tensões permanentes em pleno curso são manifestadas material e imaterialmente, de forma anacrônica e não-polarizada, geradas por apropriações individuais e coletivas do espaço livre público, construindo-se em pequenas ações de autogestão, para além das políticas públicas. Nessa tensão permanente, o potencial das ações coletivas recorrentes da valorização cultural do lugar e preservação dessa área verde pelo bem comum, permitem avançar na concepção comunicativa entre cidade, natureza e inclusão social, delineando realizações promissoras (QUEIROZ, 2020)¹.

¹ Pesquisa de mestrado em desenvolvimento no PPGAU-UFBA desde 2019, se propondo a entender ocupações, apropriações e construções coletivas em espaços livres públicos em bairros periféricos da cidade de Salvador, tendo o Parque Theodoro Sampaio e seu processo de implementação como estudo de caso.

Procura-se fundamentar o presente trabalho com revisões bibliográficas acerca do tema, levantamentos históricos e pesquisas sobre os agentes atuantes, suas ações, conflitos e consensos que contribuem para a degradação ou preservação da área destinada ao Parque Theodoro Sampaio.

No contexto das periferias das cidades brasileiras, onde habita maior parte da população de baixa renda, espaços desvalorizados pelo mercado e desassistidos pelo Estado, a relação tênue entre apropriação e preservação de áreas verdes é um campo de tensão permanente na produção do espaço urbano.

1. Parques urbanos como espaços livres públicos

As diferentes concepções e abordagens teóricas sobre espaços livres públicos permitem avançar no estudo sobre apropriações e preservação, que, entendidos para além do uso, desempenham papéis acumulados ao longo do tempo, com importância socioeconômica, ecológica e estética na produção das cidades. É comum as associações da noção de “espaço público” com espaços livres, de acesso ao público, ou com espaços de manifestações políticas, associando-o à noção de esfera pública, das ciências humanas. No direito positivista, os espaços públicos são denominados como bens de uso comum, implicando diversas possibilidades de usos e restrições de acessos.

Ao estabelecer uma ligação direta de espaço público com a ideia de esfera pública, ressalta-se que esses espaços se instauram a partir do exercício da ação prática, da troca interativa e comunicacional entre seus usuários. Por sua vez, relacionando a noção de espaço geográfico em Milton Santos (1996) à possibilidade de estabelecimento de esferas de comunicação, entendemos que sua natureza complexa e dialética é resultado conjunto de um “sistema de ações” e um “sistema de objetos”, cujas funções, usos, formas, conteúdos simbólicos e sociais são gerados e definidos nos processos de apropriação do espaço.

A partir desses diferentes enfoques, nota-se que é necessário assumir o conceito de “espaço público” como uma noção que acompanha os processos de transformação e movimentos do corpo social, em conjunto às formas espaciais, em permanente disputa e mutação.

É nesse sentido a adoção do conceito de “espaços livres públicos”, que para Queiroga (2012), são lugares onde se estabelecem os principais eventos da vida pública, manifestações políticas, festas e ocupações de ruas, praças, praias etc. São espaços que possuem alto grau de conexão física no tecido urbano, desempenham papel ambiental e são importantes para a imagem da cidade. São também locais de conflitos, acordos, permanência, circulação, biodiversidade, socialização, urbanidade, publicidade, oferecendo possibilidades de ação política, instituída por ações de comunicação entre os usuários (SERPA, 2007).

Queiroga (2012) aborda a problemática da polissemia existente nos conceitos de “espaço público” propondo pensar a dimensão pública da vida, de modo a pôr em evidência as ações práticas e comunicativas para constituição e ocupação desses lugares tornados públicos. Para entender a dinâmica criadora de espaços livres públicos levam-se em conta aspectos como: acessibilidade, inserção e relação com o entorno, com a cidade e com a paisagem, escalas, história, uso, função e formação, relação com os sistemas estruturantes da cidade, necessidades coletivas, ação dos agentes produtores, as dimensões materiais e imateriais.

Propondo ser possível construir outro pensamento acerca do “declínio do homem público”, Queiroga (2012) assinala que há um maior uso de parques nas cidades brasileiras de todos os tamanhos. Apesar das apropriações mais voltadas para o lazer, revela-se também uma consciência do direito à vida urbana “transformada, renovada”, que busca no espaço urbano a “realização prático-sensível” (LEFEBVRE, 1991, apud SERPA, 2001, p.178). São apontadas tendências do fortalecimento da vida pública nas ruas das

periferias urbanas, que conformam novas “espacialidades de esfera pública” (QUEIROGA, 2006, p.121-124), ilustradas por novas tipologias e modificações surgidas ao longo do tempo e que ganham lugar na contemporaneidade.

Orlando Santos Jr. (2014) reconhece os espaços urbanos comuns das cidades como espaços atravessados por contradições, disputas e conflitos materiais e simbólicos entre os diferentes agentes sociais, frente ao desafio da articulação das práticas heterotópicas na perspectiva da rebeldia criativa pelo direito à cidade, apresentando novas possibilidades de futuros urbanos.

2. Parques públicos nas periferias urbanas das cidades brasileiras

Ao pensar os parques urbanos periféricos nas cidades brasileiras, com base no estudo de caso específico, é importante levar em conta os conflitos inerentes à produção desses espaços, que podem ser compreendidos enquanto públicos e segregados, ao mesmo tempo. Nessa relação conflitiva e contraditória, entendemos que a possibilidade de constituição de esferas públicas potencializa o encontro, criando lugares de compartilhamento e movimentos contrários ao da segregação, trazendo conteúdos materiais e imateriais em sua composição.

Enquanto equipamento urbano, os parques apresentam impactos estruturais no espaço da cidade: promovem impactos econômicos, ligados aos processos de valorização do solo, possibilitando maior infraestrutura; impactos ambientais, como conforto e equilíbrio climático, controle da entrada nos ventos, das águas e rios urbanos; e ainda, impactos de natureza social e estética, que, como já exposto, possibilitam a criação de espaços de troca e negociações, identificados com conteúdos simbólicos, construídos pelas redes de relações e convivência. São verdadeiros canais de comunicação no espaço da cidade.

Nesse sentido, os parques urbanos, como parte do sistema de espaços livres públicos, são espaços que refletem as necessidades da sociedade e as problemáticas referente a cada período histórico, guardando especificidades de cada cultura e suas formas de expressão, em processo contínuo de reconfiguração e ressignificação.

Com a consolidação da arquitetura paisagística, os jardins passam de espaços privados a espaços de uso público, assumindo a forma de parques urbanos. Os jardins de palácios e cortes, espaços de convivência das elites, foram abertos ao público e incorporados às estruturas urbanas, ao tempo em que serviram de instrumentos para valorização da propriedade privada. A lógica de incorporação do parque urbano à cidade restringiu e selecionou o acesso público às áreas verdes, já que se associava os parques e fragmentos de natureza a ideia de solução aos problemas da cidade industrial.

No século XX, consolida-se a relação entre saúde pública, bem-estar e parques urbanos, atribuindo uma função utilitária: promover salubridade urbana e higienização das estruturas da cidade, principalmente em locais densamente ocupados. Para Segawa (1996), à medida que o tecido urbano das cidades foi se expandindo e se adensando, os parques urbanos foram sendo implantados e incorporados à estrutura das cidades, representando um espaço livre público simbólico na paisagem urbana no século XX.

Na contemporaneidade os parques urbanos assumem novas funções, acumulando as funções historicamente atribuídas, mas também, se tornando dispositivos de controle social, muitas vezes associados a modo de vidas homogeneizados e normatizados, aprisionados a ideias internacionais padronizadas, tornando-se espaços de visibilidade para a classe média e seus costumes (SERPA, 2003). É nesse contexto que se faz a crítica ao interesse político de disseminação desse equipamento público, quando,

frequentemente processos de implantação de parques urbanos estão associados à interesses turísticos, mercadológicos e às novas exigências das cidades inteligentes e sustentáveis.

O conceito de periferia nas cidades brasileiras se relaciona à escassez e à vulnerabilização do ambiente construído, persistindo o significado da precarização de infraestruturas e equipamentos insuficientes (SERPA, 2001), sendo essencialmente o território de reprodução socioespacial da população de baixa renda, sem acesso às efetivas políticas públicas provedoras de habitação (GORDILHO-SOUZA, 2008). A progressiva urbanização desses territórios, que se constroem pela ação dos próprios moradores nos processos de ocupação, autoconstrução e das pequenas e insuficientes ações estatais. Progressivamente, conformam centralidades periféricas, abrigando equipamentos e serviços privados, ligados principalmente ao consumo de subsistência.

Em conjunto à essa pluralidade e processos difusos, é inegável que muitos desses territórios têm uma experiência precária de assentamento e de habitar urbano, limitrofes de áreas livres, mananciais, rios, matas, encostas e áreas protegidas, fazendo essa relação entre espaços urbanizados e espaços naturais seja permeada por tensões e conflitos.

Quanto à oferta de espaços livres públicos nas ocupações periféricas de Salvador, Serpa (2001) observa que existe uma concentração de usuários em poucos e pequenos espaços, geralmente centralizados nos bairros. A dinâmica de uso desses espaços se insere no contexto de descentralização-periferização, com uma centralidade no interior dos bairros, com maior presença de praças e largos, uso das ruas e equipamentos públicos, revelando um isolamento não só em relação ao exterior, mas também em relação às áreas interiores aos bairros pesquisados (SERPA, 2001).

A localização, a acessibilidade, a forma de implantação e gestão de equipamentos e de parques urbanos nas cidades brasileiras são fatores que dificultam o acesso dos moradores de áreas periféricas da cidade, ao criarem difíceis barreiras na sua apropriação, intensificando a segregação das populações de rendas mais baixas (GORDILHO-SOUZA, 2008).

No caso específico dos parques urbanos e outras áreas verdes de Salvador, que somam cerca de 25% do território total da cidade, essas são distribuídas de forma desigual pela malha urbana (SALES, 2015). As localidades mais favorecidas contam com maior cobertura vegetal, ao contrário dos bairros populares, que possuem maior densidade de áreas construídas e impermeáveis. No PDDU/2016 foi disposta a existência de 10 (dez) Parques Urbanos em Salvador e mais 3 (três) propostos para serem implantados². Do número total de parques, 7(sete) deles estão localizados na Orla Atlântica, região que concentra os bairros habitados por rendas médias e alta da cidade.

Desigualdades na distribuição de parques urbanos revelam a importância da inserção e acessibilidade a esses espaços, com benfeitorias que desempenham papéis estruturantes para o conjunto da cidade. No caso do futuro “Parque Theodoro Sampaio”, além dos fatores socioeconômicos e ecológicos mais imediatos, sua implantação efetiva remete à relevância ambiental e cultural das represas do Prata e de Mata Escura, simbolizando um importante espaço de aquilombamento do passado.

² Dentre os parques urbanos propostos está o Parque Theodoro Sampaio, objeto de análise deste artigo.

3. O “Parque Theodoro Sampaio”: um processo em construção

A área destinada ao Parque Theodoro Sampaio, conforme denominado pelas comunidades locais, localiza-se entre os bairros de Mata Escura, Arraial do Retiro, Barreiras, Jardim Santo Inácio e Calabetão, na região denominada como Miolo da Cidade de Salvador, compreendida entre BR-324 e Avenida Paralela. O Miolo de Salvador se desenvolveu com características que demonstram a relação contrastante entre centro e periferia, abrangendo cerca de 1/3 dos atuais três milhões de habitantes da cidade, predominantemente de baixa renda e moradora de grandes ocupações e conjuntos habitacionais. Até o final da década de 1940 era uma área rural, com sítios e fazendas. Com a expansão da cidade e ação do mercado imobiliário, conformaram-se novos centros periféricos, consolidando bairros adensados, materializados pela autoconstrução, táticas de autogestão diversas e outros processos diversificados de ocupação.

Nesse contexto urbano, a origem do bairro da Mata Escura e a história do “Parque Theodoro Sampaio” muitas vezes se misturam. A Mata Escura foi um dos locais mais seguros para o aquilombamento no passado devido à densidade e profundidade da Mata Atlântica na localidade. Em ioruba, *Igbedú*, quer dizer Mata Escura, remetendo aos quilombos existentes nos bairros do Miolo e a história de resistência dos povos negros³.

O processo de urbanização do território e surgimento do “Parque Theodoro Sampaio” começa com a venda das Fazendas Bate Folha e São Gonçalo, compradas pela Companhia do Queimado (CIA) em 1880. A CIA se propôs então a construir as barragens da Mata Escura e do Prata para possibilitar o abastecimento de água da cidade de Salvador, utilizadas até as décadas de 1970/80, viabilizando a configuração da atual área prevista para o parque. A área central do bairro, que hoje é densamente ocupada, era antes a Fazenda Dona Feliciano, cujas terras começaram a ser loteadas e arrendadas a partir de 1870. Em paralelo a esse processo de ocupação, compreendido hoje como Mata Escura, aproximadamente em 1900, surge o terreiro de candomblé Inzo Manzo Bandukenké, atual terreiro Bate Folha, reconhecido pelo IPHAN como patrimônio da cultura Afro-brasileira, delimitando uma grande gleba própria de preservação.

Em 1905, a responsabilidade de distribuição e manutenção das represas do Prata e Mata Escura foram passadas para o poder público municipal e requalificadas pelo Engenheiro Theodoro Sampaio para integrá-las à rede de abastecimento de água da cidade de Salvador. Esse momento se torna importante para os moradores da localidade, pois o Engenheiro Sanitarista Theodoro Sampaio, descendente de escravos, representa valores históricos e simbólicos de superação e resistência, derivando daí a denominação coletiva de “Parque Theodoro Sampaio”, como forma de resgate de sua própria história (ARAÚJO, 2016).

Em 1956, 38 hectares, na porção sul do Parque foram doados à União, ficando sob os cuidados do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), que instalou o Horto Florestal da Mata Escura. Entre 1950 e 1970, no decorrer do processo de urbanização, contribuíram para maior adensamento do bairro a implantação da Penitenciária Lemos de Brito, de grandes conjuntos e loteamentos habitacionais (MACHADO, 2002), seguidos pela construção da Avenida Luís Viana e da duplicação da BR-324. Cabe ressaltar que a construção de novas moradias demandou oferta de infraestrutura básica para as ruas principais e aumentou a oferta de serviços e equipamentos urbanos, distribuídas de forma concentrada, deixando localidades e adjacências do bairro em situação de extrema fragilidade.

³ Disponível em: <https://ungareia.wordpress.com/2015/07/16/bairro-mata-escura-gueto-urbano-resistencia-quilombola/>. Acesso em: 24 de nov. 2019

Quando o entorno da área prevista do parque já se encontrava completamente adensado, as represas do Prata e da Mata Escura foram desativadas, estando atualmente sob à guarda da Empresa Baiana de Águas e Saneamento (EMBASA), que alegou motivos de grande poluição, e com isso, baixa vazão e impropriedade para abastecimento.

No início dos anos 2000 notam-se a precária manutenção ambiental da área, aumento do perímetro das ocupações para habitação, desmatamento e intenso despejo de esgoto e lixo. Somam-se a isso outras inconsistências e fragilidades relacionadas à propriedade legal e fundiária, causando ambiguidades na distribuição das competências de gestão do poder público, seja ele nas esferas municipal, estadual e federal.

Em 2008/2009, a área pública livre, com cerca de 80 hectares, foi classificada na Lei n. 7.400/2008 – Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano (PDDU, 2008), como Parque do Vale da Mata Escura e Rio do Prata, classificando-o pertencente ao Sistema de Áreas de Valor Ambiental e Cultural de Salvador (SAVAM). Em 2009, a delimitação desse novo Parque Urbano foi aprovada pelo Decreto n. 19.753. Entre 2011 e 2014, finalmente, o Município devolve a área aos cuidados da União por meio do cancelamento do Decreto Municipal n.12.563/2000.

O PDDU/2016, no seu Art. 143, traz definições que têm como estratégia a implantação do Parque Urbano Vale da Mata Escura, seguindo diretrizes de integração à infraestrutura urbana e preservação das características ambientais e culturais do território. Além das diretrizes para Parques Urbanos, em seu Art. 278, o PDDU/2016 configura a área como Área de Proteção de Recursos Naturais – APRN, onde são apontadas diretrizes específicas, e dentre elas, aponta para implantação de um Parque Urbano, voltado para recreação e lazer na área próxima à BR-324, integrado à Estação Bom Juá do Metrô (SALVADOR, 2016, p. 132). A área ainda se encontra classificada como Área de Proteção Cultural e Paisagística –APCP, no perímetro de abrangência do Terreiro de Candomblé do Bate Folha Manso Banduquenqué.

Mesmo com essa regulamentação e aparato normativo, a área prevista para este parque urbano não foi objeto de ações consistentes para sua implementação, preservação da área verde, havendo até agravamento de suas problemáticas e tensões. No entanto, vale ressaltar que a movimentação instituída por diversas ações de moradores das comunidades de Mata Escura e adjacências, bem como suas representações de bairro, contando também com a interlocução de universidades, organizações civis, coletivos e agentes públicos, visualizam a área destinada ao Parque Theodoro Sampaio como poderoso benefício comum e possível espaço livre público urbanizado.

4. Tensões entre apropriações, preservação e degradação

A área destinada ao Parque Theodoro Sampaio traz complexidades próprias e processos de conquista social, configurando um espaço atravessado por tensões permanentes, a partir de apropriações diversas, de natureza material e imaterial. Visando entender a construção desse espaço livre público, traduzida nas ações locais que se manifestam há mais de uma década, podemos elencar os seus **principais agentes participantes**:

1) ocupações por moradias, plantio de subsistência e pequenos comércios e serviços; usos diversos de moradores de condomínios habitacionais privados do entorno; 2) Usos indevidos para esconderijos temporários de pessoas ligadas ao crime, ligações elétricas e de esgotos clandestinos; 3) ONGS, organizações civis, movimentos sociais, associações de moradores dos bairros, estudantes e professores de escolas públicas do entorno, estudantes, pesquisadores e professores de universidades Federais, Estaduais

e particulares da cidade de Salvador; 4) Estado e poderes públicos das três esferas; Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – IBAMA; EMBASA/BA; Prefeitura de Salvador; 5) Comunidades de terreiro ligadas ao Terreiro Bate Folha; 6) Outras organizações religiosas existentes nos bairros; 7) Áreas remanescentes de loteantes; 8) Transeuntes e moradores do bairro; 9) Polícia Federal e Polícia Militar do Estado da Bahia;

Com base nesse levantamento, é possível afirmar que os processos de apropriação, preservação e degradação, privados ou coletivos, são tensionados e heterogêneos, demonstrando motivações diversas ligadas tanto às necessidades básicas como moradia, alimentação, recursos econômicos, proteção ao patrimônio, melhorias urbanas e segurança, bem como revela a busca por identidade, espiritualidade, organização social, participação, lazer e preservação ambiental. Em grande parte, são ações auto gestionárias no enfrentamento das tensões de origens diversas, mesmo que de formas contraditórias e conflituosas. Nesses **processos de apropriação**, observam-se:

1) Apropriações privadas derivadas de necessidades materiais e urbanas, tais como a garantia à moradia e à mobilidade urbana, que revelam valores de uso, mas também, valores de troca, como a presença de estabelecimentos comerciais, placas de aluguéis e “ocupações especulativas”, próprias do mercado informal. Nessa mesma lógica, observa-se a apropriação de grupos ligados as atividades criminosas que exercem vigilância na área; 2) Apropriações para fins educacionais, inclusivas e participativas também se apropriam para trazer para percepção de moradores e estudantes locais a presença e importância da área verde e da implantação do Parque, por meio de oficinas, trilhas e projetos participativos; 3) Apropriações religiosas e culturais são ligadas ao uso da natureza para ritos religiosos; 4) Apropriações normativas, regulatórias e administrativas determinam as atividades de órgãos do poder público, como o IBAMA, fiscalizadora do território específico de sua propriedade e a EMBASA, responsável pelos diques, mas também acusada de despejo de esgotos condominiais na área. 5) Atuação da Polícia Militar, responsável pela segurança local, mas também imprimindo ações de violência.

A relação entre os processos de apropriação, seja para preservação ou degradação, gerados pelas ações dos agentes sociais pode ser traduzida nos seguintes **conflitos e consensos**:

1) Liberação de dejetos, lixo e esgoto; desmatamento de espécies nativas de fauna e flora; 2) Ausência do poder público, que gera um rompimento dos limites tênues e indefinidos, expondo fragilidades fundiárias e ações de ilegalidade e fragilidades urbanísticas, como precariedade habitacional, ausência de saneamento básico e insegurança na mobilidade urbana; 3) Cuidado e formação de “guardiões” gerados nos processos educacionais e participativos; mapeamento e conhecimento de fragilidades e potencialidades (ARAÚJO, 2016); 4) Reforço de um imaginário coletivo na percepção da área verde e do patrimônio histórico cultural; 5) Controle e tutelamento do espaço por atividade de organizações criminosas, o que gera confrontos eventuais com a polícia; 6) Ações ecológicas e culturais desenvolvidas por moradores e organizações sociais, que eventualmente fiscalizam o entorno e a área do parque.

A ausência do poder público no provimento de ações concretas para implementação do Parque contribui para que os processos de degradação se aprofundem, principalmente os de caráter privado, colocando em situação de tensão permanente os limites entre a área do Parque e de propriedade de terrenos, condomínios e quintais. Visto que sua delimitação foi instituída através do Decreto n. 19.753, destaca-se que esse instrumento não é suficiente para sanar as fragilidades, demarcar limites fortes e regular os usos e interações.

Por outro lado, a demarcação desses espaços em legislações específicas representa avanços e conquistas, como a instituição de um Parque Urbano, definido em Plano Diretor, sendo um impeditivo contra especulações privadas de maior porte. Aponta-se também que a fragilidade da ação de órgãos e agências públicas, no papel de cuidar e gerir a área, considerando o domínio fundiário diversificado, impõem condições ambíguas para sua preservação, já que o isolamento e a pouca interação com moradores vizinhos possibilitam desinteresse social, revelando limitações no reconhecimento de formas de uso coletivo de propriedade pública.

Na disputa dessa área para preservação ambiental e apropriações para o bem comum, entende-se que as interações das organizações civis e instituições de interesse público, como ONGs, organizações de bairro, coletivos, universidades e ações dos moradores das comunidades representam também um contraponto ao complexo problema da violência urbana. A narrativa que se constrói a partir dos movimentos da sociedade, nesse longo e tenso processo traz fortes indícios de que há uma potente vontade coletiva para a implementação desse parque urbano.

Observa-se que a problemática em torno da preservação de áreas verdes urbanas sob permanente ameaça de apropriações indevidas está relacionada aos efeitos marginalizantes e excludentes do modo de produção capitalista, que reduz e inibe o papel do Estado, favorecendo ações privatistas e segregadoras, o que exige um debate mais aprofundado e cuidadoso da mediação entre uma urbanização sem restrições e uma preservação radical (MARTINS, 2011).

5. Construção permanente da ideia de um parque urbano

Os esforços para compreender os agentes produtores desse espaço, suas ações de apropriação e as tensões que atravessam o processo de idealização e efetivação do “Parque Theodoro Sampaio” sinalizam movimentos que possibilitam entender em que medida a cidade urbanizada, natureza e inclusão social podem se comunicar, estabelecendo uma relação que envolve aspectos simbólicos e materiais, de natureza socioeconômica, ecológica e estética.

Nesse sentido, entra em perspectiva de novos paradigmas para pensar a produção do espaço nas periferias urbanas, precariamente construído e densamente habitado. Ao relacionar qualidade e preservação ambiental com a implantação de novos espaços livres públicos na cidade, ressalta-se a necessidade da busca de convivência entre ambiente urbano e natural, bem como entre ações públicas e iniciativas civis e coletivas auto gestonárias. Essa temática implica abordagens alternativas de desenvolvimento sociourbanístico e gestão de espaços públicos para o bem comum, levando em consideração os sistemas de ações e de objetos diversificados, idealizados pelos coletivos e materializados nas formas urbanas por processos dinâmicos de práticas e relações próprias dos territórios. Nessa aproximação, é necessário considerar que qualidade ambiental não consiste apenas em formas construídas, mas inclui relações, dinâmicas e construções sociais.

Visando extrapolar as visões dicotômicas entre preservação e urbanização, no caso da construção de um parque urbano periférico como um espaço livre público, Fuks (1998) propõe que apenas o aperfeiçoamento de mecanismos que conduzam à “audibilidade” de outras versões e outras formas de apropriação podem conduzir a formas mais inclusivas de abordar o meio ambiente e as relações de tensões entre apropriação e preservação de parques urbanos e suas áreas verdes, institucionalmente imobilizados e ameaçados por fragilidades externas e locais. A multiplicidade de ações e práticas identificadas no processo de implementação do Parque Theodoro Sampaio, permanentemente tensionadas pelas contradições

contemporâneas e locais, revelam potencial criativo na construção social pelo do direito à cidade, como conquista e preservação de bem comum.

Frente às diversas demandas apontadas, é importante não neutralizar os conflitos, mas de fazê-los conviver, apontando novas formas de pactos para garantir maior preservação da área verde e dos recursos naturais urbanos, nas diversas apropriações. Entendendo que são processos emergentes, cotidianos e diversificados, é importante pensar quais os mecanismos de produção e gestão capazes de abarcar a diversidade de agentes e interesses.

Nesse sentido, é importante trazer algumas provocações pertinentes à relação entre parques urbanos periféricos e sua realização enquanto espaços livres públicos e de uso comum: como superar a dualidade do “preservacionismo que isola” e da “urbanização sem restrições”, que não considera a coexistência entre espaços artificiais e naturais, autogeridos e institucionais? Seria a preservação do meio ambiente uma questão irrelevante para as populações periféricas que ainda não têm asseguradas as condições básicas de sobrevivência? Neste estudo de caso, revelam-se como questões aliadas, num contexto de periferia urbana em que a conquista de espaços livres públicos sugere estabelecer espaços de comunicação capazes de enfretamento à lógica segregacionista e de exclusão urbana. São percebidos como processos que desafiam os limites impostos para realização desses lugares enquanto espaços que possibilitam sociabilidade na conquista de melhorias da natureza urbana aí configurada.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, Débora Marques. (2016). Proposta de gestão compartilhada para a implantação do parque Theodoro Sampaio na área do “miolo” de Salvador - Bahia. Salvador: Trabalho final do Curso de Especialização em Assistência Técnica, Habitação e Direito à Cidade. Residência Profissional em Arquitetura, Urbanismo e Engenharia da Universidade Federal da Bahia - PPGAU.

CALDAS, A. S. et. al. (2007). Parque Teodoro Sampaio: sustentabilidade e desenvolvimento local em Salvador. Salvador: Jornal a Tarde, 17 de novembro.

FUKS, M. (2001). Conflitos Ambientais no Rio de Janeiro: ação e debate nas arenas públicas. Rio de Janeiro: Editora UFRJ.

GORDILHO-SOUZA, Angela. (2008). Limites do habitar: segregação e exclusão na configuração urbana contemporânea de Salvador e perspectivas no final do século XX. 2 ed. Salvador: Edufba.

GORDILHO-SOUZA, Angela; SILVA, Adriana Caúla; ROLIM, Pedro (2005). Mata Escura - Plano de intervenção - Publicação Didática. 1. ed. Salvador: LabHabitar/FAUFBA.

GORDILHO-SOUZA, Angela; GOMES, Josélia Duarte (coords.) (2019). Ações Participativas para Implementação do Parque Theodoro Sampaio: Acessibilidades e Marcos Visuais. Chamada Publica Simplificada de Projetos. Salvador: Ministério Público do Estado da Bahia, Promotoria de Justiça, Habitação e Urbanismo, ACOPAMEC/LabHabitar-FAUFBA. Relatório Final.

MACEDO, Silvio Soares. (1995). Espaços Livres. São Paulo: Paisagem e Ambiente-Ensaio, n.7, p.15-56.

MACHADO, Verena Silva. (2012). O movimento para a construção do parque Theodoro Sampaio no bairro da Mata Escura – Salvador/Bahia. Salvador: Dissertação apresentada ao programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional e Urbano da Universidade Salvador, UNIFACS.

MARTINS, M.L.R. (2011). São Paulo, centro e periferia: a retórica ambiental e os limites da política Urbana. São Paulo: Estados Avançados 25 (71).

QUEIROGA, Eugênio. (2006). Espacialidades da esfera pública na urbanização contemporânea: o caso da Megalópole do Sudeste. In: MAGNOLI, Miranda; KAHTOUNI, Saide; TOMINAGA, Yasuko. (Orgs.). Discutindo a Paisagem. São Carlos: RiMa, p.121-124.

QUEIROGA, Eugênio. (2012). Dimensões públicas do espaço contemporâneo: resistências e transformações de territórios, paisagens e lugares urbanos brasileiros. São Paulo: Tese para obtenção de título de livre-docência em Arquitetura e Urbanismo. Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo - FAUSP.

QUEIROZ, Carolina. (2020). Salvador: O “Parque Theodoro Sampaio”: apropriações e atravessamentos dos comuns. Submetido à disciplina Política, Democracia e Direito à Cidade - PPGAU/FAUFBA.

SALES, Débora de Lima Nunes. Estudos sobre Meio Ambiente em Salvador: Áreas Verdes. Disponível em <<http://cirandas.net/deboranunes/blog/estudos-sobre-meio-ambiente-em-salvador-areasverdes>>. (Acesso em 03/02/2020).

SALVADOR. Lei nº 9.069 de 2016. Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano. Salvador, 2016. Disponível em: <<http://www.sucom.ba.gov.br/category/legislacoes/pddu/>>. (Acesso em: 24 de nov.2019)

SANTOS, Milton. A natureza do espaço. HUCITEC. São Paulo, 1996.

SANTOS JUNIOR, Orlando Alves. (2014). Espaço urbano comum, heterotopia e o direito à cidade: reflexões a partir do pensamento de Henri Lefebvre e David Harvey. In: urbe. Revista Brasileira de Gestão Urbana, vol.6 no.2 Curitiba May/Aug. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/urbe/v6n2/03.pdf>>. (Acesso em 20/02/2020).

SEGAWA, Hugo. (1996). Ao amor do público: jardins no Brasil. São Paulo: Studio Nobel; Fapesp.

SERPA, Angelo. (2001). Fala, periferia! Uma reflexão sobre a produção do espaço periférico metropolitano. Salvador: Org. Angelo Serpa. EDUFBA.

SERPA, Angelo. (2003). Parque público e valorização imobiliária nas cidades contemporâneas: Tendências recentes na França e no Brasil. In: ENCONTRO NACIONAL DA ANPUR, 10., 2003, Belo Horizonte. Anais... Belo Horizonte: ANPUR/UFMG, 2003.

SERPA, Angelo. (2007). O espaço público na cidade contemporânea. São Paulo: Contexto.

UFBA, Residência AU+E. Curso de Especialização em Assistência Técnica, Habitação e Direito à Cidade. Disponível em :<www.residencia-que.ufba.br>. (Acesso em 15/12/2019.)

VILAS BÔAS, Caio Henrique da Silva. (2018). Educação Popular e Turismo de Base Comunitária: processos de valorização do Patrimônio Histórico e Cultural da Mata Escura, Salvador/BA. Salvador: Dissertação de Mestrado, Universidade do Estado da Bahia – UNEB.